

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim de Economia e Tecnologia publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. *Download* gratuito pode ser feito no site [www.boletimdeconjuntura.ufpr.br](http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br).

## INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

Segundo análise de mercado realizada no mês de dezembro, as projeções de crescimento da economia e da inflação para 2007 e 2008 foram revistas para cima, com importantes conseqüências sobre a política monetária e o comportamento prospectivo do nível de preços.

A expansão esperada da economia para 2007 é de 5,06%, ante 4,71% previsto anteriormente. Para 2008, a expectativa é de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,4%. A previsão anterior era 4,3%. Neste sentido, observa-se certa cautela do Banco Central do Brasil em relação às quedas mais rápidas da taxa de juros SELIC.

Como pode se observar na Tabela 1, a projeção para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), no corrente ano, passou de 3,92% para 4,21%. A meta do governo é de 4,5%, com margem de tolerância de dois pontos percentuais. Para o próximo ano, os analistas ajustaram a previsão de 4,10% para 4,20%.

Já a expectativa para o IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna) passou de 6,07% para 7,25%, em 2007 e, para o próximo ano, de 4,10% para 4,20%. A projeção para o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), em 2007, passou de 6,09% para 7,16%. Para 2008, passou de 4,20% para 4,29%. Em relação ao IPC da Fipe, a projeção aumentou de 3,62% para 3,98%, mantendo-se estável em 4% para o próximo ano.

Tabela 1 – Expectativas de Mercado – Base Dezembro - 2007

Mediana Agregado	2007			2008		
	Há 4 Semanas	Há 1 semana	Hoje	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje
IPCA (%)	3,92	4,10	4,21	4,10	4,10	4,20
IGP-DI (%)	6,07	6,89	7,25	4,10	4,11	4,20
IGP-M (%)	6,09	6,37	7,16	4,20	4,20	4,29
IPC-Fipe (%)	3,62	3,90	3,98	4,00	4,00	4,00
Taxa de câmbio-média do período	1,94	1,94	1,93	1,80	1,78	1,78
Meta Selic-fim de período (% aa)	11,25	-	-	10,25	10,50	10,50
PIB (% de crescimento)	4,71	4,71	5,06	4,37	4,30	4,40

**FONTE:** Relatório FOCUS, IBGE e IPEA.

Como pode ser observado pela Tabela 1, a expectativa de mercado a respeito da taxa de juros de 4 semanas atrás se consubstanciou. De acordo com ata divulgada pelo Banco Central do Brasil, diante das incertezas associadas ao mecanismo de transmissão da política monetária e ao ritmo de crescimento prospectivo da oferta e demanda agregadas, o Comitê de Política Monetária resolveu, por unanimidade, manter a taxa de juros básica SELIC em 11,25% ao ano (sem viés). Segundo essa ata, a decisão de manter os nível da taxa de juros visa preservar as conquistas no combate à inflação e assegurar que o fortalecimento da atividade econômica continue se dando em fundamentos sólidos.

Diante deste quadro, a expectativa de mercado para a taxa de juros para 2008 está em 10,50% a.a., o que corresponde a um aumento de 0,25% em relação à expectativa passada.

Os fatores fundamentais que fazem com que a taxa de juros não caia mais, segundo o COPOM, estão associados ao diagnóstico de que há defasagens importantes entre a implementação da política monetária e seus efeitos sobre o nível de atividade e sobre a inflação. Dessa forma, a avaliação de decisões alternativas de política monetária, no que tange a taxa de juros básica, deve concentrar-se na análise do cenário prospectivo para a inflação e nos riscos a ela associados.

## NÍVEL DE ATIVIDADE

No dia 12 de dezembro, o IBGE divulgou os dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira referentes ao terceiro trimestre de 2007. O PIB apresentou um aumento de 1,7% na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2007. No comparativo entre o terceiro trimestre de 2006 e o terceiro trimestre de 2007, houve um crescimento de 5,7%. Nesse período, a agropecuária cresceu 9,2%, a indústria 5,0% e os serviços 4,8%. Na comparação entre o acumulado janeiro-setembro de 2007 contra o mesmo período do ano anterior, a taxa de crescimento do PIB foi de 5,3%.

A Tabela 2 apresenta as classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa.

Tabela 2. Classes de Atividade no Valor Adicionado a Preços Básicos e Componentes do PIB pela ótica da Despesa (em R\$ milhões)

Especificação	2006			2007		
	III	IV	Ano	I	II	III
Agropecuária	26.825	23.382	103.228	30.222	36.694	29.035
Indústria	158.891	159.419	602.834	142.499	158.553	164.804
Serviços	324.617	352.323	1.295.414	339.530	352.565	357.798
Valor Adicionado a Preços Básicos	510.332	535.123	2.001.476	512.251	547.812	551.637
Impostos sobre produtos	82.700	91.395	331.460	85.108	87.498	93.521
<b>PIB a Preços de Mercado</b>	<b>593.033</b>	<b>626.519</b>	<b>2.332.936</b>	<b>597.359</b>	<b>635.310</b>	<b>645.158</b>
Despesa de Consumo das Famílias	355.008	367.772	1.407.940	368.718	383.006	390.598
Despesa de Consumo da Adm. Pública	109.585	145.201	463.007	114.254	119.353	119.078
Formação Bruta de Capital Fixo	100.424	99.720	385.007	99.869	110.921	118.303
Exportações de Bens e Serviços	96.926	90.280	340.457	83.152	87.689	93.881
Importações de Bens e Serviços (-)	74.157	72.683	272.333	72.905	75.243	83.880
Variação de Estoque	5.246	(-) 3.772	8.857	4.272	9.584	7.178

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Observa-se, a partir da Tabela 2 que o setor de Serviços é o que mais contribui para o PIB, seguido pela indústria e, por último, pela agropecuária. Pelo lado das despesas o consumo das famílias é o principal componente, seguido do consumo da administração pública. Em seguida aparece a formação bruta de capital fixo, a balança comercial (exportações menos importações) e, por último, a variação de estoques.

É interessante salientar que a formação bruta de capital fixo, no terceiro trimestre, aproximou-se bastante da despesa de consumo da administração pública, apresentando uma diferença de menos de R\$ 1 bilhão. Nos trimestres anteriores esta diferença era de mais de R\$ 8 bilhões (II) e mais de R\$ 14 bilhões (I). Isso indica uma tendência de aumento na capacidade produtiva brasileira e a perspectiva de manutenção do crescimento econômico pelos próximos períodos.

A Tabela 2 mostra ainda que o PIB alcançou R\$ 645,2 bilhões no terceiro trimestre de 2007, sendo R\$ 551,6 bilhões do valor adicionado a preços básicos e R\$ 93,5 bilhões dos impostos sobre produtos.

O IBGE também divulgou que a Renda Nacional Bruta atingiu R\$ 633,1 bilhões e que a poupança bruta atingiu R\$ 125,4 bilhões terceiro trimestre de 2007. No mesmo trimestre do ano anterior estes valores foram de R\$ 581,4 bilhões (Renda Nacional Bruta) e R\$ 119,4 bilhões (Poupança Bruta).

## ECONOMIA PARANAENSE

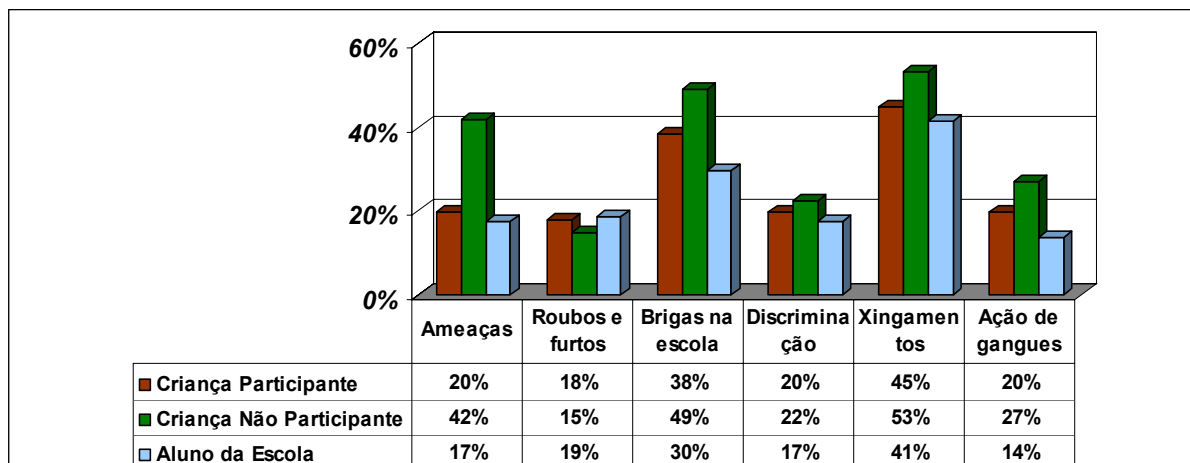
A violência é um tema amplamente discutido, e está no centro das questões políticas e econômicas dos grandes centros urbanos, particularmente, mas pode-se dizer que é um problema generalizado. A solução para esse problema não é simples, posto a inexistência de um diagnóstico preciso sobre suas causas. Várias áreas do conhecimento se dedicaram a estudá-la, surgindo abordagens diferentes, muitas vezes divergentes.

A educação, solução para vários problemas, apresenta-se como uma alternativa, almejando o resgate cultural e formação de uma massa crítica. Porém, se faz perceber, cada dia mais, a violência presente no ambiente escolar, que se desenvolve tanto externa quanto internamente à escola, alterando as relações e dificultando a interação entre os atores principais – professor/ aluno.

Em meio a essas dificuldades e visando o melhor aproveitamento do espaço público, a prefeitura do município de Curitiba implementou o projeto de abertura de algumas escolas municipais nos finais de semana propiciando vários tipos de atividades, conhecido como Programa Comunidade Escola. Em seus objetivos estão: interar a comunidade à escola, com maior participação desta em ambientes educacionais e desportivos a partir do espírito de pertencimento dos membros da comunidade; melhorar o ambiente escolar através de uma maior inclusão social; além de diminuir os níveis de violência na escola e em sua vizinhança.

De acordo com dados de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas da UFPR, é possível notar que a violência no ambiente escolar aumentou, nos últimos seis meses, na percepção das crianças. As modalidades de violência abordadas foram – ameaças, roubos e furtos, brigas na escola, discriminação, xingamentos, ações de gangues. O que mais chama a atenção nos dados apresentados na Figura 1 é que o aumento das incivildades foi maior nas escolas das crianças não participantes do que nas escolas das crianças participantes.

Figura 1 – NA VISÃO DAS CRIANÇAS, O AUMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa. Uma diferença de 5% é estatisticamente significativa.

É interessante notar que as formas de violência mais comumente conhecidas e reconhecidas como tal, como roubos e furtos, ações de gangues foram as que, na percepção dos alunos tiveram menor incidência. Os problemas mais comuns estão relacionados às incivildades, ou seja, a falta de respeito, palavras grosseiras (xingamentos).

O que se pode concluir pelos dados apresentados na Figura 1 é que, apesar do pouco tempo de funcionamento do Programa Comunidade Escola (dois anos, no período da pesquisa), os efeitos

positivos já são perceptíveis no que tange à redução da violência, justificando a sua existência e a destinação de mais recursos a tal projeto.

## SETOR EXTERNO

O Balanço de Pagamentos em novembro apresentou um saldo positivo de US\$ 6,395 bilhões, o que permitiu ao país aumentar suas reservas para US\$ 177,060 bilhões. O saldo positivo foi resultado de um déficit em transações correntes compensado por um superávit na conta financeira.

A mudança mais significativa em curso no setor externo brasileiro é a inversão dos saldos positivos das transações correntes. Em novembro o saldo foi negativo em US\$ 1,344 bilhões, um valor muito menor do que o estimado pelo Banco Central. Este resultado aponta para um recrudescimento de uma tendência que já vem se manifestando alguns meses, indicando que o país está ingressando num regime de equilíbrio externo perigoso, qual seja: financiar déficits em transações correntes com superávits na conta financeira. Nos onze meses acumulados entre 2006 e 2007 o saldo em transações correntes caiu em 67,7%.

Como pode ser observado, a partir da tabela 3 a seguir, os déficits em conta corrente são causados por elevação das importações, que aumentaram em 30,8% no período de jan-nov/2006 comparados com 2007. Em que pese o bom desempenho das exportações, que aumentaram 16,6%, o que se observou em novembro foi um aumento mais que proporcional das importações. O saldo da balança comercial que foi de US\$ 41,406 bilhões acumulados entre jan-nov/2006 caiu 12,1% em 2007, indo para US\$ 36,404 bilhões.

Do lado das contas financeiras, o que se constata é um enorme afluxo de capital financeiro, responsável por um ingresso líquido de US\$ 84,706 bilhões nos primeiros onze meses de 2007, contra um ingresso de apenas US\$ 13,228 em 2006. O destaque foram os investimentos em carteira, que aumentaram de US\$ 7,815 para US\$ 39,854 bilhões. Este aumento deve-se em particular à entrada de capital financeiro especulativo sob a rubrica de investimentos em Títulos de Renda Fixa, que passou de meros US\$ 1,009 para US\$ 22,306 bilhões, um aumento de 2.110% entre 2006 e 2007. Houve também um aumento significativo de investimentos em ações, que passou de US\$ 6,206 para US\$ 17,278 bilhões em igual período. Juntos, renda fixa e ações representam 46,7% do saldo positivo da conta financeira, de forma que o equilíbrio externo e o aumento de reservas estão sendo obtidos através de capital especulativo, de natureza extremamente volátil.

No que se refere ao Investimento Estrangeiro Direto (IED) em 2007 houve uma reversão no fluxo, que acusou uma saída líquida de US\$ 8,650 bilhões em 2006 e um ingresso de US\$ 30,479 bilhões em 2007.

A mudança no regime de equilíbrio externo da economia brasileira, que passa a operar com déficits em transações correntes, é resultado da política monetária restritiva de juros altos. O Federal Reserve (FED – Banco Central Americano) já baixou a taxa de juros por duas vezes consecutivas desde que se deflagrou a crise de crédito em agosto. Neste mesmo período o Bacen por duas ocasiões consecutivas manteve a taxa básica de juros ao nível de 11,25%aa ampliando assim o enorme espaço de arbitragem internacional de juros já existente, o que faz com que o capital financeiro afluxa para o Brasil gerando valorização cambial. A única vantagem para país, em mantendo a atual política econômica é o efeito negativo da valorização cambial sobre os preços internos, ajudando a combater inflação. Isto é feito via mecanismo de trade-off entre crescimento e câmbio que ameaça a reduzir a taxa de crescimento da economia para 2008, uma vez que se intensificam dois efeitos perversos: valorização cambial e juros altos. A dependência de fluxos financeiros inviabilizará a redução futura da elevada taxa de juros brasileira.

Tabela 3 – Balanço de Pagamento (em US\$ milhões)

Discriminação	2006			2007		Var % Jan-Nov
	Nov	Jan-Nov	Ano	Nov	Jan-Nov	
<b>Transações correntes</b>	<b>1 394</b>	<b>13 183</b>	<b>13 621</b>	<b>- 1 344</b>	<b>4 254</b>	<b>-67,7%</b>
Balança comercial (FOB)	3 240	41 406	46 458	2 027	36 404	-12,1%
Exportações	11 897	125 543	137 807	14 052	146 420	16,6%
Importações	8 657	84 136	91 350	12 025	110 017	30,8%
Serviços e rendas	- 2 223	- 32 173	- 37 143	- 3 673	- 35 775	11,2%
Receitas	2 311	23 328	25 901	3 003	31 309	34,2%
Despesas	4 534	55 501	63 043	6 677	67 084	20,9%
Transf.unilaterais correntes	377	3 950	4 306	303	3 625	-8,2%
<b>Conta capital e financeira</b>	<b>2 672</b>	<b>14 067</b>	<b>15 982</b>	<b>7 867</b>	<b>85 348</b>	<b>506,7%</b>
Conta capital <sup>1/</sup>	89	839	869	92	642	-23,5%
Conta financeira	2 583	13 228	15 113	7 775	84 706	540,3%
Investimento direto (líquido)	550	- 8 650	- 9 420	91	30 479	-452,4%
No exterior	- 2 118	- 24 945	- 28 202	- 2 439	- 3 251	-87,0%
Participação no capital	- 1 078	- 21 524	- 23 413	- 1 706	- 9 391	-56,4%
Empréstimos intercompanhias	- 1 040	- 3 421	- 4 789	- 733	6 140	-279,5%
No país	2 667	16 295	18 782	2 530	33 730	107,0%
Participação no capital	2 649	12 599	15 373	2 325	24 866	97,4%
Empréstimos intercompanhias	18	3 696	3 409	205	8 864	139,8%
Investimentos em carteira	2 520	7 815	9 573	- 1 196	39 584	406,5%
Ações	338	6 806	6 801	- 571	17 278	153,9%
Títulos de renda fixa	2 182	1 009	2 773	- 625	22 306	2110,5%
Derivativos	37	368	383	- 131	205	-44,4%
Outros investimentos <sup>2/</sup>	- 524	13 695	14 577	9 011	14 439	5,4%
Erros e omissões	203	168	965	- 128	- 5 210	*
<b>Varição Reservas (- = aumento)</b>	<b>- 4 269</b>	<b>- 27 419</b>	<b>- 30 569</b>	<b>- 6 395</b>	<b>- 84 391</b>	<b>207,8%</b>
<b>Memo:</b>						
Transações correntes/PIB (%)	-	1,34	1,27	-	0,36	
IED/PIB (%)	-	1,66	1,75	-	2,86	
Reservas	83 114	-	-	177 060	-	

Fonte: Banco Central

## FINANÇAS PÚBLICAS

O governo central obteve, em outubro, uma arrecadação total no valor de R\$ 54,7 bilhões, representando um aumento de 10,9% em relação ao mês de setembro. No ano, a arrecadação soma R\$ 499,2 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2006, foi de R\$ 443,1 bilhões, ou seja, um aumento de 12,7%.

As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, da evolução do nível de preços e da massa salarial e por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à SRF, à PGFN e ao INSS. O total de receitas do Governo Central em relação ao PIB corresponde a 24% em 2007, aumento de 0,71% em relação a 2006.

A Despesa total do Governo Central foi, em outubro, R\$ 36,6 bilhões, contra R\$ 41,4 bilhões em relação ao mês anterior. De janeiro a outubro, a despesa total ficou em R\$ 353 bilhões contra R\$ 314 bilhões no mesmo período de 2006, o que representa uma elevação de 12,4%. A despesa total do governo central atingiu 16,95% do PIB, ou seja, 0,47% acima da despesa de 2006. Entre os principais fatores desse crescimento estão o aumento nas despesas de custeio e capital em (15,3%), o aumento na rubrica de Pessoal e Encargos (11,9%) e o aumento dos gastos com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), fazendo com que sua participação no PIB passasse de 6,97% para 7,07%.

Descontadas as Transferências a Estados e Municípios, o resultado primário do governo central, em 2007, alcançou R\$ 61,7 bilhões, resultado 12,1% superior ao do mesmo período de 2006.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu, em setembro, R\$ 1.132 bilhões, representando 43,7% do PIB. Em agosto, foi de R\$ 1.120 bilhões, ou seja, 43,5% do PIB. No ano de 2007 a DLSP foi reduzida em 1,3% em virtude do resultado primário (4,1%) e do efeito do crescimento do PIB (3,7%). Já os juros nominais foram responsáveis por elevação correspondente a 5,2% do PIB e o ajuste decorrente da apreciação cambial de 1,3%.

Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), sua composição apresentou os seguintes resultados em outubro: Selic (35,2%), ou seja, 1,26% acima de setembro; Câmbio (0,95%), Prefixados (35,2%) com queda de 1,68%, Índice de Preços (26,47%) com aumento de 0,4%. O Custo Médio da DPMFi passou de 11,89% a.a. para 12% a.a. no mês de outubro e o Prazo Médio atingiu 36,74 meses, ou seja, 0,7% maior do que o apresentado em setembro.

Tabela 4. Resultado Primário do Governo Central – em R\$ milhões

Discriminação	2007		Var. %	Jan-Outubro		Var. %
	Setembro	Outubro		2006	2007	
<b>Receita Total</b>	<b>49.295</b>	<b>54.692</b>	<b>10,9</b>	<b>443.101</b>	<b>499.199</b>	<b>12,7</b>
Receita do Tesouro	37.835	42.887	13,4	346.197	389.433	12,5
Receita da Previd. Social	11.393	11.712	2,8	95.715	108.820	13,7
Receita do BCB	67,5	93,5	38,5	1.190	946	-20,5
Transf. a Est. e Municípios	7.897	8.123	2,9	74.137	84.588	14,1
Receita Líquida	41.398	46.569	12,5	368.964	414.611	12,4
<b>Despesa Total</b>	<b>41.359</b>	<b>36.557</b>	<b>-11,6</b>	<b>313.945</b>	<b>352.953</b>	<b>12,4</b>
Despesa do Tesouro	20.651	21.992	6,5	179.753	204.146	13,6
Pessoal e Encargos	8.962	9.015	0,6	83.208	93.106	11,9
Custeio e Capital	11.678	12.938	10,8	96.035	110.713	15,3
Transferência ao BCB	11	38,6	250,9	510,8	326	-36,2
Desp. da Previdência Social	20.550	14.406	-29,9	132.838	147.255	10,9
Despesas do BCB	157	159,1	1,3	1.354	1.553	14,7
Res. Primário do Gov. Central	38,7	10.012	22654,5	55.019	61.658	12,1
Tesouro Nacional	9.286	12.772	37,5	92.306	100.700	9,1
Previdência Social	- 9.157	-2.694	-70,6	-37.124	-38.435	3,5
Banco Central (BCB)	- 90	-65,6	-27,1	-164,1	-606,8	269,8
Resultado Primário/PIB	-	-	-	2,89%	2,96%	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

## **Equipe Técnica**

**Anna Karolina Selhorst Bezerra.** Economista pela UFPR. E-mail: [acg\\_jk@yahoo.com.br](mailto:acg_jk@yahoo.com.br)

**Guilherme R. S. Souza e Silva.** Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia. [guilherme.fdg@uol.com.br](mailto:guilherme.fdg@uol.com.br)

**Jedson César de Oliveira.** Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Finanças Públicas e de Macroeconomia. [jecoli@sociais.ufpr.br](mailto:jecoli@sociais.ufpr.br)

**João Basílio Pereima Neto.** Doutorando em Economia pela UFPR. Professor de Economia e coordenador de Pós-Graduação em Finanças Corporativas e Mercados Financeiros na UniBrasil. Membro da equipe técnica do Boletim. [joaobasilio@unibrasil.com.br](mailto:joaobasilio@unibrasil.com.br)

**Luciano Nakabashi.** Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do Boletim de Economia & Tecnologia. [luciano.nakabashi@ufpr.br](mailto:luciano.nakabashi@ufpr.br)

**Luciano Ferreira Gabriel.** Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. [lucianofg@gmail.com](mailto:lucianofg@gmail.com).